



Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.548 /2026

1. PREAMBULO:

- 1.1. O MUNICÍPIO DE COSMOPOLIS, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 44.730.331/0001-52, com sede na Rua Dr Campos Sales, nº398, Centro, em Cosmópolis/SP, através do Prefeito Municipal, torna público que, realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com objetivo de obter propostas adicionais de eventuais interessados, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do artigo 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e bem como as exigências estabelecidas, conforme os critérios e procedimentos definidos a seguir, para fins de obter a melhor proposta.

DATA DE INÍCIO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:	DIA <u>13/05/2026 – 00:00h</u>
DATA DE TERMINO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:	DIA <u>15/05/2026 – 23:59h</u>
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
E-MAIL PARA ENVIO DA PROPOSTA:	proposta.dispensa@cosmopolis.sp.gov.br

2. DO OBJETO:

- 2.1. Constitui objeto desta Dispensa de Licitação a **Aquisição de café em pó para composição do café da manhã dos servidores públicos municipais.**

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

- 3.1. **PODERÃO PARTICIPAR DESTA CERTAME, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE SE ENQUADREM, DENTRE OUTRAS ESTABELECIDAS POR LEI, EM UMA OU MAIS SITUAÇÕES SEGUINTE:**
- 3.1.1. No ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências aqui constantes e seus Anexos.
- 3.1.2. Que apresentarem toda a documentação exigida no item 10.
- 3.1.3. A empresa responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade por parte do município por eventuais danos decorrentes e ainda que por terceiros.
- 3.1.4. A participação neste certame implica o reconhecimento pela licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições, bem como as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21, que disciplina o presente aviso de dispensa de licitação e integrará o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
- 3.1.5. Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:



- a) As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante o Município de Cosmópolis, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea d do presente item. Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação;
 - b) Apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão, no caso exigido no presente Aviso, somar seus quantitativos econômico-financeiros, na proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Aviso, relativamente à qualificação econômico-financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico-financeira (caso exigido no presente Aviso);
 - c) As empresas consorciadas não poderão participar da dispensa de licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;
 - d) As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase do Aviso de Dispensa quanto na da execução contratual;
 - e) O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do instrumento contratual;
 - f) As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise do Município de Cosmópolis, para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto de instrumento contratual, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento;
 - g) A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pelo Município de Cosmópolis, e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados à ocasião do certame.
- 3.1.6 Profissionais organizados sob a forma de cooperativa, **vedado quando não atender ao art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.**
- 3.1.7 Empresas licitantes optantes e enquadradas a Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar 147/14.
- 3.2. **ESTÃO IMPEDIDAS DE PARTICIPAR DESTA DISPENSA DE LICITAÇÃO, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE SE ENQUADREM, DENTRE OUTRAS ESTABELECIDAS POR LEI, EM UMA OU MAIS SITUAÇÕES SEGUINTE:**
- a) Que estejam cumprindo penalidade de impedimento para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE COSMÓPOLIS nos termos do inciso III do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21;
 - b) Tenham sido declaradas inidôneas para licitar com a Administração Pública e quaisquer de seus órgãos descentralizados, nos termos do art. 156, IV da Lei Federal nº 14.133/21 e não tenha ocorrido a respectiva reabilitação.
 - c) De quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
 - d) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a dispensa versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - e) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a dispensa versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- f) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- g) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- h) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- i) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do presente aviso de dispensa de licitação tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- j) Agente público do órgão ou entidade licitante;
- k) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa de licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- l) Estrangeiras que não funcionam no País.
- m) Entidades e Associações sem fins lucrativos.
- n) O impedimento de que trata a alínea “f” do presente item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- o) A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas “d” e “e” do presente item poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da dispensa de licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- p) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- q) O disposto nas alíneas “d” e “e” do presente item não impede a dispensa de licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da contratada a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- r) A vedação de que trata a alínea “j” do presente item. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. As despesas decorrentes correrão por conta das Dotações Orçamentárias dos Elementos relativos ao exercício de 2026, a saber:

4.1.1. nº 010701.0412200022.005.3390300000-00116,

4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária Anual respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante termo de apostilamento.

5. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

5.1. O valor global máximo estimado para contratação é de **R\$ 62.500 (Sessenta e dois mil e quinhentos reais)**.

- 6. PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO:**
- 6.1. Esta Dispensa de Licitação ficará ABERTO por um período mínimo de 03 (três) dias úteis, a partir da data de divulgação no semanário eletrônico do município para apresentação de propostas exclusivamente através do e-mail supracitado (item 1.1), e os respectivos documentos poderão ser entregues, conforme prazo estabelecido no item 9.1, diretamente no Setor de Compras e Licitações localizada na Rua Dr. Campos Sales 398, Centro, Cosmópolis/SP – CEP:13150-025 ou preferencialmente encaminhados no e-mail supracitado, fazendo referência ao número do processo administrativo (respeitando ao que preconiza o item 11 deste aviso).
- 6.2. A Administração se reserva o direito de prorrogar o prazo de recebimento das propostas de acordo como julgar necessário.
- 7. DA PROPOSTA E PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA:**
- 7.1. Razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente irá fornecer o objeto da licitação, endereço completo, telefone e endereço eletrônico e-mail, nome completo do representante legal da empresa com número dos documentos pessoais neste caso do RG e CPF, devidamente assinado. (conforme modelo – ANEXO III)
- 7.2. A proposta de preços deverá ser elaborada em língua portuguesa, em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras, entrelinhas, constando os preços unitário e total, expresso em reais (R\$), com 02 (dois) dígitos após a vírgula, no valor unitário e total, em algarismos arábicos, assinada pelo responsável da licitante, especificando o objeto de forma clara e inequívoca e conter:
- 7.3. Tanto os preços unitário, total e global deverão estar computados todos os custos necessários para o atendimento do objeto da dispensa, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, garantias e quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre o objeto a ser contratado, direto e ou indiretamente;
- 7.4. Constar prazo de validade das condições propostas a contar da data de apresentação da mesma;
- 7.4.1. O prazo mínimo para validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias;
- 7.5. Após o envio da proposta pela licitante não caberá desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município;
- 7.6. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Aviso.
- 7.10. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS:
- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste aviso e seus anexos;
- b) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- c) apresentarem desconformidade e vícios com quaisquer exigências deste aviso, desde que insanáveis.
- d) Não obedecerem às especificações técnicas dos Anexo deste aviso;
- 7.12. A Administração PODERÁ realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.
- 7.15. O menor preço proposto será de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.18. Serão desconsideradas as ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.
- 7.19. Não se admite que o licitante ofereça proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no item/lote.
- 7.20. Será de inteira responsabilidade da licitante a omissão de valor ou volume de qualquer serviço necessário à perfeita e completa execução do objeto da licitação.
- 7.21. Será verificado se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação

correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.21.1. Certidão de apenados de impedimento de Contrato/Licitações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>
- 7.21.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, a qual já inclui, e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP <https://certidoes.cgu.gov.br/>
- 7.21.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form
- 7.21.4. Cadastro de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:2::NO:2::>
- 7.21.5. O não cumprimento das condições de participação, acarretará a desclassificação do licitante, bem como nas sanções previstas, podendo ser convocado a empresa que apresentou a proposta subsequente.

8. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

- 8.1. Apurado o VENCEDOR, a Município decidirá sobre a contratação, sem que disso resulte, para o proponente, direito a qualquer indenização ou reclamação:
 - 8.1.1. Poderá ser contratada a empresa que apresentar **proposta de menor valor GLOBAL**, desde que esteja devidamente habilitada para contratar com a Administração Pública e que atenda aos requisitos apontados.
 - 8.1.2. Caso a Dispensa de Licitação Fracassar, for deserta ou alguma das propostas da pesquisa de preços para compor o preço de referência for menor, poderá ser selecionada a melhor proposta colhida na pesquisa de preços que antecedeu o presente aviso.
 - 8.1.3. Na hipótese do item 8.1.2, se o preço for estabelecido com a composição de outros parâmetros além da pesquisa de preço ao fornecedor, o ofertante da melhor proposta poderá ser selecionado se sua proposta for igual ou menor ao preço de referência.
 - 8.1.4. Se a proposta colhida em pesquisa de preço ao fornecedor for superior ao valor de referência, o Município poderá consultar o fornecedor com vistas a obter a vantajosidade necessária para a contratação.

9. DA (S) AMOSTRA (S) E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA:

9.1. Após a convocação pelo Semanário Eletrônico Municipal, Portal da Transparência e E-mail, a(s) empresa (s) classificada (s) provisoriamente em primeiro lugar, **deverá (ão) apresentar 01 (uma) amostra do produto**, em embalagem original, que será utilizada para testes sensoriais de aceitabilidade, avaliados, o ingrediente ativo, rótulo, conteúdo, todas as informações técnicas e de registro do produto. Estas amostras, junto com as documentações exigidas, serão analisadas e avaliadas pela Sra. Daniela Belinatti Menardo, CPF: 254.303.998-84 – Nutricionista.

9.2. No caso de não haver a apresentação da (s) amostra (s) e Documentação Técnica ou havendo apresentação fora das especificações previstas no Aviso e seus anexos, a proposta da empresa participante será desclassificada sendo então analisada a aceitabilidade da proposta/ lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s)/ e Documentação Técnica e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Aviso e seus Anexos.

9.3. A apresentação da (s) Amostra (s) e Documentações Técnicas serão para todos os itens, com o prazo máximo e improrrogável de entrega em até 03 (três) dias úteis após convocação para apresentação das amostras.

9.3.1. As amostras deverão estar devidamente identificadas, contendo o nome do empresa participante, número da Dispensa Eletrônica, Número do Processo Administrativo e Número do Item/lote a que se refere a (s) amostra (s).

9.3.2. A (s) amostra (s) e a Documentação Técnica relativa à mesma, deverão ser entregues no Setor de Compras de Licitações – Rua Dr. Campos Sales, 398 - Bairro: Centro - Cidade: Cosmópolis – SP - CEP: 13.150-025 – Telefone: (19) 3812-8000 – horário das 08:00 às 16:00h para recebimento.

9.4. Deverá a empresa vencedora apresentar junto a(s) Amostra(s) com as seguintes Documentações Técnicas para os Produtos ofertados:

9.4.1. Relação de entrega de amostras em papel timbrado da empresa.

9.4.2. Ficha Técnica do produto ofertado, original ou cópia autenticada, emitida pelo seu fabricante, com as devidas especificações, devidamente assinada pelo responsável técnico, dados do responsável técnico (nome completo, nº registro no órgão competente e cargo).

9.4.3. Cópia autenticada ou original do laudo bromatológico expedido há menos de 12 (doze) meses. Os laudos só serão aceitos quando vindos de Laboratórios da Rede Oficial do Ministério da Saúde/Ministério da Agricultura (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde – REBLAS), Laboratórios autorizados/credenciados pelo Ministério da Saúde / Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo para análises de alimentos para fins de registros ou controle ou Laboratórios pertencentes às Universidades Federais ou Estaduais ou pelo INMETRO. O laudo deverá conter no mínimo as seguintes análises: Físico-químicas: Valor Calórico, Carboidratos, Proteínas, Gorduras totais, Gorduras Saturadas, Gorduras Trans, Fibra Alimentar, Sódio, e quando couber: Vitaminas, Minerais, BRIX e Umidade; Microbiológicas: Coliformes Fecais a 45°, Salmonelas, Staphylococcus aureus; Microscópica / Macroscópica: - Matérias Estranhas indicativas de falhas de boas Práticas (Matérias estranhas microscópicas, Matérias estranhas macroscópicas, Fragmentos de insetos, Insetos inteiros mortos, Bárbulas, Ácaros mortos, outras matérias estranhas microscópicas); - Matérias Estranhas indicativas de risco à saúde: (Matérias estranhas macroscópicas, Fragmentos de pelo de roedor, Outras matérias estranhas microscópicas, exceto parasitos, filmes plásticos, fragmentos de vidros, objetos rígidos com diâmetros iguais ou maiores que 2mm, Objetos rígidos, pontiagudos e/ou cortantes, iguais ou maiores que 7mm, Outras matérias estranhas macroscópicas); Análises Sensoriais / Organolépticas :Aspecto, Cor, Odor, Sabor; Análise Toxicológica: Corante (Ausência ou presença).

9.4.4. O café deve possuir registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), atender os padrões da ANVISA e com Certificação ABIC.

9.4.5. Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária (da proponente);

9.4.6. Alvará de Funcionamento (da proponente);

9.4.7. Cópia autenticada ou original do Certificado de vistoria de veículos para transporte de alimentos, expedida pela autoridade Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

9.4.8. Serão reprovados os materiais que não tiverem seus respectivos documentos.



Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

9.5. Para avaliação e análise da(s) Amostra(s) e Documentações Técnicas, o responsável será: Sra. Daniela Belinatti Menardo – Nutricionista – CPF: 254.303.998-84. Caberá à elaboração de Parecer acerca da aceitabilidade da (s) amostra (s) e Documentações Técnica quanto ao objeto da Dispensa, verificando a sua compatibilidade com o **Aviso de Dispensa** e seus Anexos e as Propostas Comerciais, aprovando ou contra-indicando o (s) item (ens)/ou lote (s);

9.6 Não serão aceitas amostras sem as identificações.

9.7 Ficará reprovado o produto com as embalagens em desacordo com a especificação, mesmo que enviada somente para efeito de amostra.

9.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio do Semanário Eletrônico Municipal, Portal da Transparência e E-mail.

9.9. A (s) Amostra (s) não serão devolvidas.

9.10. DA METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DA AMOSTRA:

9.10.1 A análise do produto será efetuada conforme os critérios abaixo relacionados:

9.10.1.1 Observando-se objetivamente os quesitos de aparência, cor, odor, sabor, textura e consistência com procedimentos metodológicos e cientificamente reconhecidos através da preparação ou análise dos produtos;

9.10.1.2 O teste avaliará os atributos das características sensoriais dos produtos, aparência, odor, e consistência/textura aprovando-se os itens que apresentarem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de aceitação média dos integrantes da comissão de avaliação.

9.10.1.3 Caso o produto não atinja índice de aceitação mínima de 75% (setenta e cinco por cento) o mesmo deixará de ser aprovado, passando a classificação para o segundo lugar, e assim sucessivamente, às demais classificadas.

9.10.1.4 Os testes serão registrados em impresso próprio da Prefeitura e além da compatibilidade com as especificações constantes este Termo de Referência; serão classificadas em satisfatórias ou insatisfatórias.

9.10.1.5 O índice de aprovação será obtido levando-se em consideração o percentual de cada característica do produto, sendo que, ÓTIMO é igual a 25%, BOM é igual 20%; CARACTERÍSTICO é igual a 15%; RUIM é igual a 5% e PÉSSIMO é igual a 0%.

9.10.1.6 Modelo da ficha a ser aplicada:

ITEM AVALIADO		OBSERVAÇÕES
Aparência	() ÓTIMO () BOM () CARACTERÍSTICO () RUIM () PÉSSIMO	
Odor	() ÓTIMO () BOM () CARACTERÍSTICO () RUIM () PÉSSIMO	
Sabor	() ÓTIMO () BOM () CARACTERÍSTICO () RUIM () PÉSSIMO	
ÍNDICE DE ACEITAÇÃO		



10. DA HABILITAÇÃO:

- 10.1 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados pela empresa que detiver a proposta de **MENOR VALOR UNITÁRIO**, em até 01 (hum) dia a partir da convocação via e-mail.
- 10.2 Os documentos relativos à habilitação, que não possuem prazo de validade, deverão ter sido expedidos no máximo com antecedência de 90 (noventa) dias da apresentação dos documentos conforme item 10.1 deste.
- 10.3 Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste certame pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.
- 10.4 Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO pertinentes ao ramo do objeto do presente certame são os seguintes:

10.4.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal nº 12.690/12;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

10.4.2. **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal todas do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- c.1) prova de regularidade para com a Fazenda FEDERAL relativa aos Tributos Federais e a débitos inscritos em Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- c.2) prova de regularidade para com a Fazenda ESTADUAL, relativo aos Tributos Estaduais inscritos em Dívida Ativa, expedida pela Procuradoria da Fazenda Estadual;
- c.3) prova de regularidade para com a Fazenda MUNICIPAL, relativo aos Tributos Municipais inscritos em Dívida Ativa, expedida pelo município do domicílio ou sede da empresa;
- c.3.1) O fornecedor deverá solicitar a certidão municipal no órgão executivo do domicílio ou sede da empresa;
- c.4) No caso da certidão de Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal ter sido emitida antes de 03 de novembro de 2014, a licitante deverá ainda apresentar prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social, mediante a apresentação da CND - Certidão Negativa ou da CPD-EN - Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa (Lei Federal nº 8.212/91).

- d) prova de regularidade para com o FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei Federal nº 9.012/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de entrega dos documentos de habilitação (item 9.1 deste aviso);
- e) prova de regularidade Trabalhista, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- f) Serão aceitas como prova de regularidade certidões positivas com efeito de negativas vigentes.

10.4.3. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de ATESTADO(S) expedido(s), necessariamente em nome do licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já executou, satisfatoriamente, serviços iguais ou semelhantes ao objeto desta contratação, de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total ofertado.
- a.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar necessariamente em nome do licitante, se possível acompanhado da emissão da Nota Fiscal e, se caso os referidos atestados não detalhem e quantifiquem o fornecimento, aceitar-se-á, complementarmente aos documentos, cópia da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal (ais).
- a.2. No atestado deverá constar também o endereço completo, inclusive eletrônico, se houver, do órgão/pessoa emitente, para eventuais esclarecimentos
- a.3. Caso a empresa vencedora do certame não apresente a devida nota fiscal referente a comprovação de aptidão, o Agente de Contratação se entender necessário, poderá realizar durante a sessão a diligência para constatação da sua autenticidade.

10.4.4. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- a) Certidão Negativa de Falência expedida pelo Distribuidor da sede do licitante, com data de emissão anterior à data da entrega dos documentos de habilitação.

a1) Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, nos termos da Súmula 50 do Tribunal de Constas do Estado de São Paulo, mediante apresentação de certidão de concessão de recuperação judicial. Caso a empresa em Recuperação Judicial apresente certidão positiva, se faz necessário que a interessada demonstre seu Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira.

10.5 **DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

- 10.5.1 Declaração que o(a) proponente cumpre integralmente a norma contida na Constituição Federal, artigo 7º, inciso XXXIII, assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei (conforme modelo – ANEXO IV);
- 10.5.2 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21. (conforme modelo – ANEXO V);
- 10.5.3 Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de

- ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da apresentação das propostas, conforme disposto §1º, artigo 63, Lei Federal nº 14.133/21. (conforme modelo – ANEXO VI);
- 10.5.4 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa como também, que não foi declarado inidôneo para licitar com o Poder Público, em quaisquer de suas esferas. - (conforme modelo – ANEXO VII);
- 10.6** DEMAIS INFORMAÇÕES RELATIVAS À HABILITAÇÃO:
- 10.6.1. Se o proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.6.2. Caso a(o) licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o instrumento contratual, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstos no item anterior.
- 10.6.3. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste AVISO e seus Anexos, será considerada a proponente HABILITADA.
- 11** DA AUTENTICAÇÃO DOS DOCUMENTOS:
- 11.1 Os documentos que se fizerem necessários à apresentação de cópia serão aceitos nas seguintes hipóteses:
- 11.1.1 Cópia autenticada em cartório competente;
- 11.1.2. Cópia com autenticação digital (via impressa) com a Declaração de Serviço de Autenticação Digital;
- 11.1.3. Autenticação feita pelos agentes de contratação do Município de Cosmópolis, com a apresentação do original, podendo ser efetuada em horário expediente, na Divisão de Suprimentos, situada na Rua Ramos de Azevedo nº 350, 3º andar, Centro em Cosmópolis/SP, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- 11.2. Em hipótese alguma serão aceitos documentos autenticados de maneira diversa ao supracitado Poderá a Divisão de Suprimentos verificar a autenticidade dos documentos.
- 12.** DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:
- 12.1. As obrigações decorrentes deste AVISO consubstanciar-se-ão através do instrumento contratual.
- 12.2. O(s) licitante(s) vencedor(es) do certame deverá(ão) assinar o instrumento contratual no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da convocação da empresa via e-mail.
- 12.2.1. O instrumento contratual poderá ser assinado digitalmente, através de assinatura digital certificada na forma da Lei Federal nº 14.063/20.
- 12.2.2. O prazo para assinatura do instrumento contratual poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 12.2.3. A recusa injustificada de assinar o instrumento contratual ou aceitar/retirar o(s) instrumento(s) equivalente(s) dela decorrente(s), observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da(s) proponente(s), sujeitando-a(s) às sanções previstas DAS SANÇÕES.
- 12.3. Também para assinatura do instrumento contratual dela decorrente(s) ou para a retirada da(s) Nota(s) de Empenho(s), a(s) proponente(s) deverá(ão) indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes.
- 12.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado e sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

- 12.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º, art. 89 da Lei Federal nº 14.133/21, a Administração, observados o valor estimado nos termos do presente aviso e anexos, poderá:
- 12.5.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do vencedor;
- 12.5.2. celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 12.6. A regra do § 5º, art. 90 da Lei Federal nº 14.133/21 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º deste artigo.
- 12.7. O instrumento contratual será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ficará disponibilizada durante sua vigência, a Prefeitura Municipal de Cosmópolis providenciará sua publicação do extrato no Semanário Eletrônico Municipal, nos termos do art. 72, parágrafo único e art. 174 da Lei Federal nº 14.133/21.

13. **DAS SANÇÕES**

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/21 o LICITANTE ou CONTRATADA que:
- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura do Contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da Dispensa sem motivo justificado;
- VIII- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Dispensa ou a execução Contratual;
- IX – Fraudar a Dispensa de Licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Dispensa de Licitação;
- XII- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13
- 13.2. A recusa da Empresa de melhor proposta em assinar o Contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 13.3.
- 13.3. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, o Município /Contratante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar, mediante a instauração do devido processo administrativo, as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/21:
- a) Advertência;
- b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.4. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” do item 12.3 observará os seguintes parâmetros:
- 13.4.1. 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada

- a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 13.4.2. 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;
- 13.4.3. 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- 13.4.4. Se o Caso, 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.
- 13.4.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 13.5. Na aplicação das sanções serão considerados:
- I- A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II- As peculiaridades do caso concreto;
- III- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.6. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo instaurado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.
- 13.7. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do item 12.3 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.
- 13.8. As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do item 12.3 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- 13.9. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.
- 13.10. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, se o caso, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.
- 13.11. A aplicação das sanções previstas no item 12.3 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 13.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 13.13. A aplicação das sanções estabelecidas neste edital é de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 14.1. Poderá o Município revogar o presente a necessidade da contratação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado;
- 14.2. O município deverá anular o presente Aviso de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação;
- 14.3. A anulação ou revogação da Dispensa de licitação, não gera direito à indenização, ressalvado disposto no §3º, do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21;
- 14.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município;
- 14.5. Integram o presente termo:
 - 14.5.1. ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar;
 - 14.5.2. ANEXO II - Termo de Referência;
 - 14.5.3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços;
 - 14.5.4. ANEXO IV - Modelo de Declaração do art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
 - 14.5.5. ANEXO V - Modelo de Declaração de cumprimento de reserva de cargos do art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/21;
 - 14.5.6. ANEXO VI – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Direitos Trabalhistas;
 - 14.5.7. ANEXO VII – Modelo de Declaração de Fatos Supervenientes Impeditivos;
 - 14.5.8. ANEXO VIII – Minuta do Contrato;
 - 14.5.9. ANEXO IX - Termo de Ciência e Notificação;
 - 14.5.10. ANEXO X – Decreto Municipal nº 6.053, de 15 de agosto de 2023.
- 14.6. Para dirimir controvérsias decorrentes deste Aviso de Dispensa de Licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Cosmópolis/SP, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Cosmópolis/SP, em 12 de maio de 2026.

Antonio Claudio Felisbino Junior
Prefeito Municipal





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

**ANEXO I – DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3548/2026**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021)**

Aquisição de café em pó para a composição do café da manhã dos Servidores Municipais

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



ETP - ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta a análise interna e implementação quando identificada a necessidade de novos processos, estruturas complementares e inclusive a edição de normas regulamentares visando à governança das contratações e ao cumprimento do estabelecido no art. 18 da Lei Federal nº 14.133/21 devendo tal medida estar alinhada à realidade fática do Município.

1.2. O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos no art. 18, incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º e quando não contemplados deverão sempre apresentar as devidas justificativas. Já o § 3º determina que o estudo técnico preliminar para aquisição de gêneros alimentícios para o café da manhã dos Servidores Municipais.

1.3. A contratação deste Estudo Técnico Preliminar deverá estar sempre previsto no PAC – Plano Anual de Contratação tudo em conformidade com o art. 12, VII, bem como abrangendo a todas as contratações previstas, inclusive aquelas dos artigos 74 e 75 da Lei Federal nº 14.133/21.

1.4. Portanto, objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, demonstrando através de documentos a real necessidade da contratação, com busca a propiciar a melhor viabilidade

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Considerando a importância de promover a saúde e o bem-estar dos servidores municipais, garantindo-lhes condições adequadas para o desempenho de suas funções, torna-se necessário adquirir itens para composição do café da manhã de forma regular e contínua.

2.2. A aquisição de produtos de alta qualidade, em quantidade suficiente e a preços competitivos, promovendo a economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

2.3. Os objetivos são:

- ✓ - Garantir o fornecimento regular e contínuo de itens para o café da manhã;
- ✓ - Promover a concorrência leal entre os fornecedores;
- ✓ - Selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública;
- ✓ - Assegurar a qualidade e segurança dos produtos fornecidos.

2.4. Dessa forma, a licitação contribuirá para a melhoria da qualidade de vida e do desempenho dos servidores municipais, ao mesmo tempo em que assegura a gestão eficiente e transparente dos recursos públicos.

3. ALINHAMENTO COM PAC

3.1. A contratação pretendida consta no Plano Anual de Contratação vigente (2026), elaborado e publicados no PNCP e site: www.cosmopolis.sp.gov.br tudo em conformidade ao art.12 da Lei Federal nº 14.133/21.

3.2. Desta forma, demonstrando o total alinhamento entre a contratação e o planejamento com o amparo legal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. O Objeto deve ser executado observando-se as regras e condições estabelecidas no Termo de Referência de forma a atender a legislação vigente.
- 4.2. O produto a ser fornecido é café torrado e moído, tipo tradicional, pacote a vácuo, próprio para coador de papel.
- 4.3. A embalagem deverá conter 500g, com identificação clara do fabricante, data de validade, lote e registro no órgão competente (MAPA).
- 4.4. O café deve possuir registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), atender os padrões da ANVISA e com Certificação ABIC.
- 4.5. O produto deverá ter validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega.
- 4.6. O fornecedor deve garantir a entrega fracionada conforme cronograma da unidade requisitante, sem ônus adicional.
- 4.7. É vedado o fornecimento de produtos com embalagens violadas, amassadas ou com sinais de contaminação.
- 4.8. O café deverá ser armazenado e transportado em condições adequadas, preservando sua integridade e qualidade.
- 4.9. A empresa fornecedora deverá apresentar Nota Fiscal em nome do órgão e cumprir o prazo de entrega, semanalmente.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

CAFÉ EM, PÓ			
Item	Descrição do produto	Quant.	Unidade
1	Café em pó torrado em moído - SUPERIOR com selo ABIC, pacote a vácuo 500 gramas	1.500	Pacotes

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 6.1. A obtenção do preço estimado para a aquisição de café em pó para a composição do café da manhã dos Servidores Municipais, foi realizada com base na média dos valores obtidos na pesquisa de preços, realizada junto a fornecedores previamente qualificados e que atuam no mercado de produtos alimentícios. Esses fornecedores foram selecionados com base em critérios rigorosos, incluindo experiência no mercado, capacidade de entrega, qualidade dos produtos e reputação.
- 6.2. A utilização de fornecedores experientes e qualificados garante a oferta de produtos de alta qualidade e assegura que os preços estimados sejam baseados em propostas realistas e competitivas. A média dos preços obtidos junto a esses fornecedores foi calculada após uma análise cuidadosa das propostas, considerando fatores como a qualidade dos produtos, prazos de entrega e condições de pagamento.
- 6.3. A média é uma medida de tendência central que permite uma visão geral dos preços praticados no mercado pelos fornecedores selecionados. Embora seja sensível a valores extremos, a análise

cuidadosa das propostas e a seleção de fornecedores qualificados minimizam o impacto desses valores, garantindo que a média seja representativa dos preços praticados pelo mercado.

6.4. Ao utilizar a média dos preços obtidos junto a esses fornecedores qualificados, garantimos que o preço estimado seja mais representativo e confiável, refletindo de forma mais precisa os preços praticados pelos fornecedores que atendem aos requisitos e padrões de qualidade exigidos pela Administração. Dessa forma, a adoção da média como base para o cálculo do preço estimado assegura uma estimativa mais acurada e robusta, permitindo uma tomada de decisão mais informada e eficaz na aquisição dos itens necessários.

7. ESTIMATIVAS DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

7.1. A estimativa do valor para a contratação estimada é de **R\$ 62.500 (Sessenta e dois mil e quinhentos reais)**.

7.2. A obtenção do preço estimado deu-se com base na mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços, em razão de constituir medidas de tendência central e, desse modo, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A presente contratação visa a aquisição de café em pó para compor o desjejum dos servidores públicos e demais colaboradores da Prefeitura Municipal de Cosmópolis, nas diversas secretarias e departamentos, como forma de promover condições adequadas de trabalho, acolhimento e bem-estar no ambiente institucional.

8.2. A aquisição do café em pó busca atender a uma demanda contínua e essencial para o apoio às atividades administrativas e operacionais do município.

8.3. O produto a ser adquirido deverá possuir qualidade compatível com o consumo regular, apresentando características como: café torrado e moído, tipo tradicional, pacote a vácuo, embalagem de 500g e prazo de validade compatível com o período de consumo previsto. As especificações técnicas detalhadas constam no Termo de Referência que acompanha este ETP.

8.4. Esta contratação vai atender de forma racional e proporcional às reais necessidades da administração municipal, evitando aquisições em excesso e desperdícios. A estimativa de consumo foi elaborada com base em registros anteriores e projeções atualizadas da demanda.

8.5. Dessa forma a contratação do café em pó representa uma ação necessária para o bom funcionamento das atividades cotidianas da Prefeitura Municipal de Cosmópolis, contribuindo para a manutenção de um ambiente institucional mais receptivo, colaborativo e produtivo.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. Com a contratação proposta, pretende-se assegurar o fornecimento contínuo e adequado de café em pó, de forma a atender às necessidades das diversas secretarias e setores da Prefeitura Municipal de Cosmópolis, proporcionando melhores condições de trabalho e acolhimento aos servidores e colaboradores.

9.2. Esta aquisição permitirá à Prefeitura manter a regularidade no fornecimento de um item de consumo essencial para o dia a dia do serviço público, com impacto positivo direto no suporte às atividades internas, sem comprometer os princípios de gestão responsável dos recursos públicos.

9.3. Como resultado, a satisfação e o bem-estar dos servidores serão melhorados, contribuindo para um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo, o que refletirá positivamente na qualidade dos serviços prestados à população.

9.4. Por fim, a aquisição de café em pó para a composição do café da manhã dos Servidores Municipais aumentará a eficiência administrativa, permitindo que a Administração se concentre em suas atividades-fim e melhore a qualidade dos serviços prestados à população.

9.5. Ao alcançar esses resultados, a aquisição do café em pó para composição do café da manhã dos Servidores Municipais contribuirá para a melhoria da qualidade de vida e do desempenho dos servidores, bem como para a eficiência e eficácia da Administração Pública.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

10.1 Visando atender de forma eficiente e contínua à demanda pelo fornecimento de café em pó, justifica-se o **parcelamento da entrega** do referido item pelos seguintes motivos:

1. **Controle de Estoque e Validade do Produto:** O café em pó possui prazo de validade determinado. O fornecimento parcelado evita o acúmulo excessivo de produto em estoque, reduzindo riscos de vencimento e perdas, assegurando que o consumo ocorra dentro do período ideal de validade e mantendo a qualidade do produto.
2. **Otimização de Espaço Físico:** O armazenamento de grandes volumes de café pode comprometer o espaço físico disponível nas unidades consumidoras. O parcelamento permite melhor aproveitamento do espaço, garantindo condições adequadas de armazenagem.
3. **Atendimento à Demanda Real:** A entrega em parcelas possibilita o alinhamento do fornecimento à demanda real e progressiva de consumo, evitando excesso ou escassez do produto ao longo do período contratual.
4. **Facilidade Logística e Econômica:** A distribuição em etapas facilita o planejamento logístico, tanto para o fornecedor quanto para o contratante, além de possibilitar uma gestão mais racional dos recursos orçamentários.
5. **Conformidade com o Contrato ou Edital:** Caso aplicável, o parcelamento atende às condições estabelecidas no edital/contrato, que prevê entregas conforme cronograma previamente acordado entre as partes.

Diante do exposto, considera-se o parcelamento da entrega do café em pó como a forma mais eficiente, segura e economicamente viável para garantir o pleno atendimento da demanda, preservando a qualidade do produto e a organização da logística envolvida.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

11.1. Não será necessária nenhuma providência de adequação prévia.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

12.1 Para esta solução não há contratações que guardam relação/ afinidade/ dependência com o objeto da compra/ contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental pertinente a natureza do objeto de suma importância.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1 Este Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução se mostra viável tecnicamente e economicamente necessária.

14.2 A contratação para aquisição de café em pó mostra-se plenamente viável, considerando os aspectos técnicos, operacionais, logísticos e orçamentários que envolvem a demanda. O consumo do produto é recorrente e integra as práticas rotineiras da Administração pública municipal, especialmente no que se refere ao atendimento às necessidades básicas dos servidores e colaboradores durante a jornada de trabalho.

14.3 A natureza do objeto (gênero alimentício, não perecível) e sua ampla oferta no mercado nacional conferem facilidade de aquisição, com variedade de marcas e fornecedores habilitados, o que favorece a competitividade e a obtenção de melhores condições de preço e qualidade.

14.4 Além disso, trata-se de bem de consumo comum, cujo fornecimento pode ser realizado de maneira eficiente por meio de contratação direta por dispensa, desde que justificada e vantajosa para Administração.

14.5 Dessa forma, verifica-se que a contratação é exequível sob todos os aspectos, configurando-se como uma solução viável, eficiente e compatível com os princípios que regem a administração pública, em especial os da eficiência, razoabilidade e interesse público.

15. AGENTES QUE PARTICIPARAM DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

Gestor: Rodrigo Bueno - Secretário de Administração.

Fiscal: Gabriel Silva Costa, Auxiliar Administrativo I.

16. ANÁLISE DE RISCO

Em conformidade com o Art. 20, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, sobre análise dos riscos que possam comprometer o êxito da contratação, segue abaixo:

RISCO IDENTIFICADO	CLASSIFICAÇÃO	PROBABILIDADE	IMPACTO	PLANO DE MITIGAÇÃO	RESPONSÁVEL
Fornecimento de itens em desconformidade com as especificações (marca, qualidade, peso, validade, etc.)	Técnico	Média	Alto	Estabelecer especificações detalhadas no termo de referência e exigir amostras antes da homologação. Incluir cláusulas	Gestor e Fiscal

				contratuais com penalidades.	
Atraso nas entregas	Operacional	Média	Médio	Prever prazos razoáveis de entrega, com cronograma definido. Incluir sanções por descumprimento. Acompanhar execução contratual periodicamente.	Fiscal do Contrato
Inadimplência contratual (abandono ou falência do fornecedor)	Jurídico/Financeiro	Baixa	Alto	Exigir habilitação econômica e garantias contratuais (quando cabível). Prever substituição do fornecedor conforme ordem de classificação da ata de registro de preços.	Setor Jurídico e Compras
Reclamações dos usuários quanto à qualidade dos alimentos	Técnico/Social	Média	Médio	Incluir itens com padrões mínimos de qualidade e exigir que os produtos tenham selo de inspeção sanitária. Aplicar pesquisas de satisfação interna.	Fiscal do Contrato e RH
Conflitos com normas sanitárias e de segurança alimentar	Legal/Sanitário	Baixa	Alto	Exigir que todos os fornecedores estejam regularizados nos órgãos sanitários competentes (ANVISA, vigilância sanitária local).	Fiscalização e Vigilância Sanitária Municipal



Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

				Fiscalizar lotes entregues.	
--	--	--	--	-----------------------------	--

16.1. A análise de risco evidencia que, embora existam riscos inerentes à contratação de gêneros alimentícios, a adoção de boas práticas de planejamento, controle contratual, exigência de especificações técnicas claras, habilitação rigorosa e a formalização por meio de ata de registro de preços permite mitigar significativamente os impactos. O modelo de fornecimento eventual e sob demanda assegura maior eficiência na execução orçamentária e continuidade do serviço prestado aos servidores.

17. APROVAÇÃO E ASSINATURA:

17.1. A Comissão Técnica e Responsável pela elaboração deste ETP – Estudo Técnico Preliminar foi constituída por:

Gestor: Rodrigo Bueno - Secretário de Administração.

Fiscal: Gabriel Silva Costa – Auxiliar Administrativo I

Gabriel Silva Costa
Auxiliar Administrativo I
(Fiscal)

Rodrigo Bueno
Secretário de Administração
(Gestor)





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

ANEXO II - DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 010/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3548/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de café em pó para a composição do café da manhã dos Servidores Municipais.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição de café em pó para a composição do café da manhã dos Servidores Municipais se dá pelo fato do mesmo estar inserido em um pregão e o mesmo não pôde ser executado, portanto, se faz necessária essa contratação emergencial no momento, uma vez que, o café é fundamental para promover a saúde, o bem-estar e o desempenho dos funcionários.

2.2. Essa iniciativa reflete o compromisso da administração pública com a gestão responsável e eficiente dos recursos, visando melhorar a qualidade de vida e a produtividade dos servidores. Além disso, a aquisição de produtos de alta qualidade e segurança alimentar é essencial para garantir a saúde e o bem-estar dos funcionários.

2.3. Portanto, a aquisição do café em pó para a composição do café da manhã dos Servidores Municipais é uma medida importante para apoiá-los e contribuir para o sucesso da administração pública.

3. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO A SER CONTRATADO

CAFÉ EM PÓ			
Item	Descrição do produto	Quant.	Unidade
1	Café em pó torrado em moído - SUPERIOR com selo ABIC, pacote a vácuo 500 gramas.	1.500	Pacotes

4. AMOSTRA E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

A empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar, deverá apresentar 01 (uma) amostra do produto em embalagem original, que será utilizada para testes sensoriais de aceitabilidade, avaliado o ingrediente ativo, rótulo, conteúdo e todas as informações técnicas e de registro do produto.

4.1. No caso de não haver a apresentação da amostra e Documentação Técnica ou havendo apresentação fora das especificações, a proposta do licitante será desclassificada sendo então analisada a aceitabilidade da proposta ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra/e Documentação Técnica e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda as especificações.





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

4.2. A amostra deverá estar devidamente identificada, contendo o nome do Licitante e o Item a que se refere a amostra.

4.2.1 A amostra e a Documentação técnica relativa à mesma, deverá ser entregue na Rua: Dr. Campos Sales, 398. Bairro: Centro- Cidade: Cosmópolis – SP - CEP: 13.150-025 – Fone: (19) 3812-8000, Setor de Compras e Licitações, no horário das 8h às 16:00 para recebimento.

4.3. Juntamente com amostra deverá apresentar:

4.3.1. Relação de entrega de amostras em papel timbrado da empresa.

4.3.2. Ficha técnica original ou cópia autenticada emitida pela empresa fabricante devidamente assinada pelo responsável técnico, dados do responsável técnico.

4.3.3. Cópia autenticada ou original do laudo bromatológico expedido há menos de 12 (doze) meses. Os laudos só serão aceitos quando vindos de Laboratórios da Rede Oficial do Ministério da Saúde/Ministério da Agricultura (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde – REBLAS), Laboratórios autorizados/credenciados pelo Ministério da Saúde / Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo para análises de alimentos para fins de registros ou controle ou Laboratórios pertencentes às Universidades Federais ou Estaduais ou pelo INMETRO. O laudo deverá conter no mínimo as seguintes análises: Físico-químicas: Valor Calórico, Carboidratos, Proteínas, Gorduras totais, Gorduras Saturadas, Gorduras Trans, Fibra Alimentar, Sódio, e quando couber: Vitaminas, Minerais, BRIX e Umidade; Microbiológicas: Coliformes Fecais a 45°, Salmonelas, Staphylococcus aureus; Microscópica / Macroscópica: - Matérias Estranhas indicativas de falhas de boas Práticas (Matérias estranhas microscópicas, Matérias estranhas macroscópicas, Fragmentos de insetos, Insetos inteiros mortos, Bárbulas, Ácaros mortos, outras matérias estranhas microscópicas); - Matérias Estranhas indicativas de risco à saúde: (Matérias estranhas macroscópicas, Fragmentos de pelo de roedor, Outras matérias estranhas microscópicas, exceto parasitos, filmes plásticos, fragmentos de vidros, objetos rígidos com diâmetros iguais ou maiores que 2mm, Objetos rígidos, pontiagudos e/ou cortantes, iguais ou maiores que 7mm, Outras matérias estranhas macroscópicas); Análises Sensoriais / Organolépticas :Aspecto, Cor, Odor, Sabor; Análise Toxicológica: Corante (Ausência ou presença).

4.4. O café deve possuir registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), atender os padrões da ANVISA e com Certificação ABIC.

4.5. Para avaliação e análise da(s) Amostra(s) e Documentações Técnicas, o responsável será: Sra. Daniela Belinatti Menardo, CPF: 254.303.998-84 - Nutricionista, caberá à elaboração de Parecer acerca da aceitabilidade da(s) amostra(s) e Documentação Técnica quanto ao objeto da licitação, verificando a sua compatibilidade com o Edital e seus Anexos e as Propostas Comerciais, aprovando ou contra indicando o item.

4.6. Não serão aceitas amostras sem as identificações;

4.7. Ficará reprovado o produto com a embalagem em desacordo com a especificação, mesmo que enviada somente para efeito de amostra;

4.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagens na plataforma eletrônica.

4.9. A(s) Amostra (s) não será(ão) devolvida(s).





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

4.10. Metodologia para avaliação da amostra.

4.10.1. A análise do produto será efetuada conforme os critérios abaixo relacionados:

4.10.1.1. Observando-se objetivamente os quesitos de aparência, cor, odor, sabor, textura e consistência com procedimentos metodológicos e cientificamente reconhecidos através da preparação ou análise dos produtos;

4.10.1.2. O teste avaliará os atributos das características sensoriais dos produtos, aparência, odor, e consistência/textura aprovando-se os itens que apresentarem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de aceitação média dos integrantes da comissão de avaliação.

4.10.1.3. Caso o produto não atinja índice de aceitação mínima de 75% (setenta e cinco por cento) o mesmo deixará de ser aprovado, passando a licitação para a empresa classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, às demais classificadas.

4.10.1.4. Os testes serão registrados em impresso próprio da prefeitura e além da compatibilidade com as especificações constantes neste termo de referência; serão classificadas em satisfatórias ou insatisfatórias.

4.10.1.5. O índice de aprovação será obtido levando-se em consideração o percentual de cada característica do produto, sendo que, ÓTIMO é igual a 25%, BOM é igual a 20%; CARACTERÍSTICO é igual a 15%; RUIM é igual a 5%; e PÉSSIMO é igual a 0%.

4.10.1.6. Modelo da ficha a ser aplicada:

ITEM AVALIDADO		OBESERVAÇÕES
Aparência	() ÓTIMO () BOM () CARACTERÍSTICO () RUIM () PÉSSIMO	
Odor	() ÓTIMO () BOM () CARACTERÍSTICO () RUIM () PÉSSIMO	
Sabor	() ÓTIMO () BOM () CARACTERÍSTICO () RUIM () PÉSSIMO	
ÍNDICE DE ACEITAÇÃO		

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 A empresa vencedora, deverá apresentar:

5.2 Comprovação de aptidão para realização do objeto da presente licitação, através de atestado (s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a empresa tenha executado fornecimento pertinentes e compatíveis com o objeto desta contratação, de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total que estiver ofertando.

5.3 Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária (da proponente);

5.4 Alvará de Funcionamento (da proponente);

5.5 Cópia autenticada ou original do Certificado de vistoria de veículos para transporte de alimentos, expedida pela autoridade Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

6. EXIGÊNCIAS





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

- 6.1 O Município não aceitará a exigência de faturamento mínimo, estipulação de horário ou outras restrições que venham a prejudicar o Departamento requisitante.
- 6.2 O objeto que estiver em desconformidade com o termo de referência, violados e ou em estado inadequado de conservação e apresentação deverão ser substituídos em sua totalidade.
- 6.3 Em hipótese alguma será aceito objeto em desacordo com o termo de referência.

7. DA CONTRATAÇÃO, DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

7.1 A entrega do café em pó deverá ser realizada de forma parcelada, conforme demanda, diretamente no Almoxarifado Central, indicado pela Secretaria de Administração, durante período de vigência do contrato.

7.2 O fornecimento será efetuado mediante solicitação formal da unidade requisitante, e a entrega deverá ser realizada em até 5 dias úteis a partir da emissão da autorização de fornecimento. O fornecedor deverá arcar com todos os encargos relativos ao transporte, descarregamento e entrega dos produtos nos locais designados.

7.3 Eventuais trocas ou substituições de produtos em desacordo com o solicitado deverão ocorrer sem ônus adicional à Administração, no prazo máximo de 5 úteis após a notificação.

7.4 O(s) produto(s) solicitado(s) deverá(ão) ser entregues em embalagem original do fabricante, lacrada, devidamente identificada com a descrição e a quantidade do material contido, com rótulo próprio mencionando a sua composição, os dados do fabricante e contendo seus números de registro nos órgãos competentes, conter a data de validade legível.

7.5 As condições de higiene e segurança no transporte do objeto licitado deverão estar rigorosamente em conformidade com a legislação vigente.

7.6 A empresa contratada deverá entregar somente os produtos da marca vencedora, caso a mesma por algum motivo, não esteja disponível no mercado, deverá a proponente informar, com antecedência, por escrito a Prefeitura e propor a entrega de similar com todas as especificações possíveis, para que a Prefeitura, após avaliação pelo setor competente aprove ou não a alteração proposta.

7.7 Local de Entrega do Objeto da Licitação: Almoxarifado Municipal – situado a Rua João Aranha, 869 – Centro – Cep: 13.150-009 – Cosmópolis – SP – Tel: 19 3872 – 1315 – das 7:00h as 11:00h e das 13:00h as 16:00h.

8. FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento do objeto, mediante o fornecimento do objeto e entrega e o atestado de recebimento e aprovação do objeto pelo fiscal e gestor do contrato.



- 8.2 A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida. No documento fiscal/fatura deverá constar o número do empenho, número do Processo Administrativo e número do contrato, sob pena da devolução do documento e objeto, que será encaminhado ao Departamento Responsável, que, após processá-lo, procederá ao pagamento da mesma.
- 8.3 A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.
- 8.4 Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 8.5 Quaisquer pagamentos não isentarão a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do objeto.
- 8.6 Caso o dia de pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.
- 8.7 Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 8.8 Quando da emissão da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá destacar o valor das retenções dos tributos cabíveis ou, se for o caso, apresentar declaração nos termos da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal e demais legislação vigente.
- 8.9 Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciárias decorrentes da prestação dos serviços.
- 8.10 O pagamento será feito através de crédito em conta corrente cujos dados bancários deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.
- 8.11 A CONTRATANTE pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.
- 8.12 A Fiscalização da CONTRATANTE somente atestará a entrega do objeto e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.
- 8.13 Fica ressalvada qualquer alteração por parte do Departamento Financeiro, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

9. GARANTIA / VALIDADE

- 9.1 O café em pó a ser fornecido deverá apresentar, no ato da entrega, prazo de validade mínimo de 12 meses, contados a partir da data de entrega.

9.2 As embalagens deverão estar originais de fábrica, lacradas, íntegras e invioladas, contendo de forma legível as seguintes informações:

- Nome do produto.
- Nome e endereço do fabricante.
- Data de fabricação e validade.
- Peso líquido.
- Registro no órgão competente (MAPA ou ANVISA, conforme o caso).

9.3 Não serão aceitos produtos com:

- Prazo de validade inferior ao estipulado neste Termo.
- Embalagens danificadas, rasgadas, violadas ou com indícios de má conservação.
- Itens com rotulagem ausente ou ilegível.

9.4 Caso seja constatada qualquer irregularidade quanto à validade, conservação ou integridade do produto entregue, o fornecedor deverá realizar a substituição imediata dos itens, sem ônus adicional à Administração, no prazo máximo de 5 (Cinco) dias úteis, a contar da notificação formal da Prefeitura Municipal de Cosmópolis.

9.5 O descumprimento das condições de validade e garantia poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e no contrato firmado.

10. RECURSO/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A despesa decorrente correrá por conta da Dotação Orçamentária do Elemento, relativo ao exercício de 2026, a saber:

010701.0412200022.005.3390300000-00116.

11. VINCULAÇÃO DE INSTRUMENTO

11.1 Dispensa de Licitação, conforme artigo 75 da NLLC 14.133/21.

12. ESTIMATIVA DE PREÇOS

12.1 De acordo com as propostas em anexo das empresas analisadas, o valor global estimado para a aquisição dos itens/ serviço a ser prestado será de **R\$ 62.500 (Sessenta e dois mil e quinhentos reais)**.

As propostas em anexo são referência para a formação de preço médio, podendo sofrer alterações de atualização de mercado.

13. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA DE PREÇOS

A pesquisa de preços para o item referido neste processo foi realizada por meio de cotações diretas com empresas do ramo de atuação, obtidas via e-mail (conforme documentos anexos), assegurando a obtenção de propostas atualizadas e compatíveis com a realidade do mercado local.

Ressalta-se que não foram utilizadas informações do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), tendo em vista a necessidade de obtenção de preços mais aderentes às condições específicas de fornecimento, logística e realidade regional, bem como a ausência de dados suficientemente homogêneos que permitissem a formação de parâmetro confiável para o objeto pretendido.

Dessa forma, a metodologia adotada mostra-se adequada para a obtenção de estimativa de preços fidedigna e compatível com as práticas de mercado.

14. GESTOR/FISCAL DO CONTRATO

Ciente que o gestor e fiscal irão exercer atividades para controlar, acompanhar e monitorar o cumprimento das obrigações contratuais para assegurar a qualidade da execução do objeto contratado em respeito às cláusulas pactuadas e seus anexos durante toda vigência, que desde já assinam o presente termo, a saber:

Gestor: Rodrigo Bueno - Secretário de Administração.

Fiscal: Gabriel Silva Costa – Auxiliar Administrativo I.

Gabriel Silva Costa – Auxiliar Administrativo I
(Fiscal)

Rodrigo Bueno
Secretário de Administração
(Gestor)





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

ANEXO III - DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 010/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3548/2026

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ nº _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL E/OU MUNICIPAL Nº _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____ ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL): _____

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas., nossa Proposta relativa à Dispensa de Licitação em referência, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados em sua execução, objetivando a **Aquisição de café em pó para composição do café da manhã dos servidores públicos municipais.**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	1.500	Pacote	Café em pó torrado e moído – superior com selo ABIC, pacote a vácuo 500 gramas. Marca:	R\$	R\$

VALOR GLOBAL R\$ 0,00 (... reais por extenso)

Prazo de validade da proposta: (prazo mínimo de 60 (sessenta) dias)

Declarações: Declaramos que nos preços propostos estão inclusos além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da Dispensa de Licitação supracitada, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e entre outros conforme [Sumula 10 do TCE](#).

Declaramos que os itens ofertados atendem todas as especificações exigidas no Aviso de Dispensa de Licitação e Seus Anexos, em especial ao Termo de Referência (ANEXO II).

Praça de pagamento: Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____, município: _____.





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Nome do responsável pela assinatura do Contrato: _____, portador do RG nº _____ e CPF nº _____, Data Nascimento _____, Nacionalidade: _____, Estado Civil: _____, Endereço Eletrônico Pessoal: _____, Endereço Eletrônico Institucional: _____, Cargo/Função: _____, Telefone Pessoal: _____, Telefone: _____ Endereço residencial: _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

Local/UF, em _____ de _____ 2026.

Assinatura do representante legal OU Credenciado

Nome:

Razão Social da empresa:

OBS: Esta proposta deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

ANEXO IV – DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 010/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3548 /2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

_____, inscrita no CNPJ nº _____ e Inscrição Estadual e/ou Municipal nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) _____ portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA** para fins, em atenção ao [inciso VI do art. 68 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021](#), sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida na [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII](#).

Local/UF, em ____ de _____ 2026.

Assinatura do representante legal OU Credenciado

Nome:

Razão Social da empresa:

OBS: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente.





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

ANEXO V – DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 010/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3548/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS ART. 63, IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21

_____, inscrita no CNPJ nº _____ e Inscrição Estadual e ou Municipal nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) _____ portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA** para fins do disposto no inciso [IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21](#), que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local/UF, em ____ de _____ 2026.

Assinatura do representante legal OU Credenciado

Nome:

Razão Social da empresa:

OBS: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente.





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

ANEXO VI – DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 010/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3548/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

_____, inscrita no CNPJ nº _____ e Inscrição Estadual e/ ou Municipal nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) _____ portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA** que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme [disposto §1º, artigo 63, Lei Federal nº 14.133/21](#).

Local/UF, em ____ de _____ 2026.

Assinatura do representante legal OU Credenciado

Nome:

Razão Social da empresa:

OBS: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente.





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

ANEXO VII – DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 010/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3548/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS

_____, inscrita no CNPJ nº _____ e Inscrição Estadual e/ou Municipal nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) _____ portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA** a inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa.

Local/UF, em ____ de _____ 2026.

Assinatura do representante legal OU Credenciado

Nome:

Razão Social da empresa:

OBS: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente.





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

ANEXO VIII – DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 010/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3548/2026

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº .../2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3548/2026

O **MUNICÍPIO DE COSMÓPOLIS**, com Paço na Rua Dr. Campos Sales, nº398, Centro – Cosmópolis/SP, inscrito no **CNPJ/MF nº. 44.730.331/0001-52** neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr. Antonio Claudio Felisbino Junior, portador da Cédula de Identidade RG nº _____, e inscrito no CPF/MF sob nº _____, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado a Empresa _____, inscrita no **CNPJ/MF sob nº _____**, Inscrição Estadual e/ou Municipal nº _____, a Rua/Av. _____, nº. ____ – Bairro: _____, CEP: _____, no Município de _____, Estado de _____, e-mail _____ e fone: _____, representada neste ato por seu(ua) Procurador(a)/Representante Legal o(a) Senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº. _____ e inscrito(a) no CPF/MF sob nº _____, residente e domiciliado à Rua _____ - Bairro: _____, CEP.: _____, no Município de _____, Estado de _____, doravante denominada **CONTRATADA**, para celebrar o presente instrumento, resultado da **Dispensa de Licitação nº .../2026**, com fulcro no Artigo legalmente amparado nos termos dos [artigos 89 a 95 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021](#) e suas alterações, em face da melhor proposta obtida, observadas as condições da Dispensa de Licitação e mediante as cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Contrato tem por objeto a **Aquisição de café em pó para composição do café da manhã dos servidores públicos municipais**, tudo em conformidade as exigências constantes no Termo de Dispensa de licitação e seus anexos, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O valor total da presente contratação é de **R\$ 0,00 (real)**, conforme quantidades e especificações abaixo mencionados:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	1.500	Pacote	Café em pó torrado e moído – superior com selo ABIC, pacote a vácuo 500 gramas. Marca:	R\$	R\$

2.2. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído na Dispensa de Licitação e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**



2.3. A Contratada está obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, observado o limite legal, quando determinadas pela Contratante em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA

3.1. Não será exigida a prestação de garantia, para assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1. Os preços contratados inicialmente poderão ser reajustados, com data-base vinculada à data do orçamento estimado ou do último reajuste, respeitando a contagem da anualidade, observando-se como limite máximo a variação do índice IPCA publicado pelo IBGE, nos termos da [Lei Federal nº 14.133/21](#).

5.1.1. O reajuste de preços deverá ser solicitado formalmente pela CONTRATADA.

5.1.2. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.1.3. O reajuste dos preços contratados será formalizado por meio de simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo ao presente instrumento contratual.

5.1.4. Considera-se data-base do orçamento estimado, para efeito de reajuste, a data da planilha de cotação de preços para compras.

5.1.5. **Nesta Contratação, a data-base vinculada a do orçamento estimado (Cotação de Preços): 29 de abril de 2026.**

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante o CONTRATANTE pelo fiel e integral fornecimento do objeto;
- b) Garantir total qualidade do fornecimento do objeto;
- c) Executar com perfeição o fornecimento do objeto do presente contrato, obedecendo as especificações e obrigações descritas no Termo de Referência e os anexos da Dispensa de Licitação, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento;
- d) Fornecer mão de obra necessária, devidamente selecionada para o atendimento da presente avença, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência do fornecimento do objeto;
- e) Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados, quando for o caso, que participem da execução do objeto;
- f) Quando exigido enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto;
- g) Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias ao fornecimento do objeto, dando os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar o CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;
- h) Responder por todos os encargos diretos e indiretos e as obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, fiscal, administrativa, civil e comercial, resultantes do fornecimento do objeto;
- i) Responsabilizar-se integralmente pelo objeto do serviço, nos termos da legislação vigente;
- j) Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, ao CONTRATANTE ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do

prejuízo apurado;

k) Manter, durante o prazo de execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2. A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo, o objeto da presente contratação, a terceiros, sob pena de rescisão.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. O CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência e demais anexos da Dispensa de Licitação, cabendo-lhe especialmente:

a) Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste CONTRATO e das disposições legais que a regem;

b) Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

c) Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução do serviço;

d) Exercer a fiscalização do objeto supracitado, indicando, o (s) gestor (es) e o (s) fiscal (is), sendo respectivamente:

d.1) A Gestão do Contrato será realizada pelo Sr. Rodrigo Bueno, CPF: 249.715.768-51 – Secretário de Administração e a fiscalização do Contrato será exercida pela Sr. Gabriel Silva Costa, CPF: 481.959.248-14 – Auxiliar Administrativo I, para acompanhamento da execução, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção e etc, realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA;

e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;

f) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste contrato;

g) Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;

h) Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas na Dispensa de Licitação;

i) Atestar o fornecimento do objeto pela demanda do serviço e a qualidade do objeto prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;

7.2. A fiscalização pelo CONTRATANTE não exime, nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas deste contrato.

7.3. O CONTRATANTE poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria da prestação do objeto e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas neste contrato na Dispensa de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

8.1. A entrega do objeto será feita conforme o Termo de Referência e demais anexos da Dispensa de licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins, **sendo o prazo de entrega 05 (cinco) dias úteis contados da emissão e envio da Autorização de Fornecimento/Solicitação Formal, de Segunda-Feira a Sexta-Feira, exceto Feriados e Ponto Facultativo das 7:00h as 11:00h e das 13:00h as 16:00h, Almojarifado Municipal - Rua João Aranha, 869, Centro, Cosmópolis/SP, CEP: 13150-009 - Fone: (19) 3872-1315 – e-mail: administracao@cosmopolis.sp.gov.br.**

8.2. A execução do objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela Fiscalização, Gestor e Secretário da Pasta, pelo CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Décima.



8.3. Havendo inexecução do objeto, o valor respectivo será descontado da importância do pedido devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.4. O recebimento e aceite do objeto pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do serviço, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos da Dispensa de Licitação, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

9.1. O(s) item(ns) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com o presente contrato pactuado, podendo, o CONTRATANTE, em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de testes, ensaios e demais provas aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da CONTRATADA.

9.2. Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações técnicas, superando a fase de fiscalização.

9.3. Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de até 03 (três) dias, inclusive, após o recebimento provisório, o CONTRATANTE não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo.

9.4. O uso pelo CONTRATANTE de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará o CONTRATANTE das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto.

9.5. A recusa do objeto no processo de fiscalização, ou o envio deste para análise, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr, em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado pelos testes realizados, ocorrendo tal interrupções tantas vezes quantas forem recusado o objeto no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição.

9.6. O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da CONTRATADA pelos prejuízos que o objeto fornecido venha causar ao CONTRATANTE, tendo em vista que os testes e demais provas são realizadas sobre amostras dos materiais e não possibilitam a certeza absoluta de que todo o lote fornecido esteja em consonância com as normas técnicas oficiais.

9.7. O CONTRATANTE se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e dar outras providências para perfeita execução da presente contrato, arcando a CONTRATADA com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora e gestora do Município.

9.8. O recebimento pelo CONTRATANTE, provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a CONTRATADA da responsabilidade civil prevista no [Código Civil Brasileiro](#), no [Código de Defesa do Consumidor](#) e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA COMPATIBILIDADE DE HABILITAÇÃO

10.1. Juntamente com as Notas Fiscais/Faturas, a CONTRATADA é obrigada a apresentar as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista com conforme prevista na Dispensa de Licitação que precedeu este ajuste, para comprovar sua regularidade durante a execução deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. As despesas decorrentes correrão por conta das Dotações Orçamentárias dos Elementos relativos ao exercício de 2026, a saber:



a) nº 010701.0412200022.005-00116;

11.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante termo de apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12.1. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento do objeto, mediante o fornecimento do objeto e entrega, conforme Cláusula Oitava e Nona supracitada e o atestado de recebimento e aprovação do objeto pelo Fiscal, Gestor e Secretário da Pasta.

12.1.1. A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.

12.1.2. No documento fiscal/fatura deverá constar número do Processo Administrativo, número da Dispensa de Licitação e número do Contrato, sob pena da devolução do documento, que será encaminhado à Secretaria Responsável, que, após processá-lo, procederá ao pagamento da mesma.

12.1.3. A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal / Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

12.1.4. Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

12.2. Quaisquer pagamentos não isentarão a CONTRATADA das responsabilidades assumidas.

12.3. Caso o dia de pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

12.4. Nenhum pagamento será efetuado CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

12.5. Quando da emissão da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá destacar o valor das retenções dos tributos cabíveis ou, se for o caso, apresentar declaração nos termos da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal e demais legislação pertinente vigente.

12.6. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciárias decorrentes da prestação do objeto.

12.7. O pagamento será feito através de crédito em conta corrente cujos dados bancários deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

12.8. O CONTRATANTE pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

12.9. A Fiscalização do CONTRATANTE somente atestará a entrega do objeto e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

12.10. Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, esta terá direito à correção monetária *pro-rata die*, pelo índice IPCA (IBGE), entre a data da exigibilidade do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, desde que requerido administrativamente pela CONTRATADA em até 10 (dez) dias corridos do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

13.1 As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

13.2. Os preços propostos somente poderão sofrer reequilíbrio mediante a apresentação pela CONTRATADA de planilha de custos e demais documentações que comprovem a necessidade do respectivo ajuste, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante prévia autorização da Administração Municipal.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DA RESERVA DE CARGOS A PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ.

14.1. É de obrigação da CONTRATADA em cumprir as exigências de reserva de cargos prevista no art. 92, inciso XVII da Lei Federal nº 14.133/21, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

15.1. A CONTRATANTE se obriga, nos termos do artigo 94 da Lei nº 14.133/21, a realizar a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), visto tratar-se de condição indispensável para a eficácia do presente e se seus aditamentos, que deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

15.1.1. 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta;

15.2. A publicação do extrato deste instrumento, no Semanário Eletrônico do Município dentro do prazo legal correrão por conta do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO

16.1. O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21 e das demais normas complementares aplicáveis a espécie.

16.2. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

16.3. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

16.4. A extinção mencionada nesta cláusula poderá ocorrer apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá se dar em prazo inferior a 02 (dois) meses, contado da referida data.

16.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 ambos da Lei Federal nº 14.133/21.

16.5.2. Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

16.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

16.6.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

17.1 Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/21 a CONTRATADA que:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III –Dar causa à inexecução total do presente contrato;

- IV- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura do Contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da Dispensa sem motivo justificado;
- VIII- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Dispensa ou a execução Contratual;
- IX – Fraudar a Dispensa de Licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Dispensa de Licitação;
- XII- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13

17.2. A recusa da Empresa de melhor proposta em assinar o Contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 17.3.

17.3. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, o Contratante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar, mediante a instauração do devido processo administrativo, as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/21:

- a) Advertência;
- b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.4. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” do item 17.3 observará os seguintes parâmetros:

17.4.1. 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.4.2. 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

17.4.3. 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;

17.4.4. Se o Caso, 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

17.4.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I- A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II- As peculiaridades do caso concreto;
- III- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.6. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo instaurado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

17.7. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do item 17.3 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

17.8. As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do item 17.3 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

17.9. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

17.10. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, se o caso, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

17.11. A aplicação das sanções previstas no item 17.3 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.13. A aplicação das sanções estabelecidas neste edital é de competência exclusiva do Prefeito Municipal

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEI ANTICORRUPÇÃO

18.1. As partes comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846/13 e, no que lhe forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais:

a) Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) – Decreto nº 3.678/00;

b) Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) – Decreto nº 4.410/02;

c) Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) – Decreto nº 5.687/06.

18.2. A CONTRATADA declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/13;

18.3. A CONTRATADA se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/13;

18.4. O CONTRATANTE, no desempenho das atividades objeto deste instrumento, compromete-se a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos no art. 5º Lei Federal nº 12.846/13.

18.5. Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte do CONTRATANTE, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

a) Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, nos termos do Decreto Federal nº 11.129/22, com aplicação das sanções administrativas cabíveis;

b) Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos art. 18 e 19 da Lei Federal nº 12.846/13.

18.6. A CONTRATADA obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país.

18.7. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ela não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste CONTRATO poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

19.2. Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente Contratos, serão dirigidos ao CONTRATANTE.

19.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições estabelecidas neste instrumento em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

19.4. Fica o CONTRATADO ciente de que a assinatura deste CONTRATO indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

19.5. A CONTRATADA deverá comunicar o CONTRATANTE toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA VINCULAÇÃO AO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

21.1. Fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- a) Aviso de Dispensa de Licitação e anexos;
- b) Proposta de Preço
- c) Termo de Ciência e Notificação.
- d) DECRETO Nº 6.053, DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. Para quaisquer questões, dúvidas ou controvérsias oriundas da execução do presente contrato, as partes elegem de comum acordo o foro da Comarca de Cosmópolis/SP, para dirimir as questões da interpretação deste ajuste, e renunciam a outros por mais privilegiados que sejam.

21.2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo-assinadas, a tudo presentes.

Cosmópolis/SP, em de de 2026.

Sr. Antonio Claudio Felisbino Junior
Prefeito Municipal

Sr. (a)
Razão Social:





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

Sr.(a)

Gestor (a) do Contrato

Sr. (a)

Fiscal do Contrato

Testemunhas:

1) _____

2) _____





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

ANEXO IX - DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 010/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3548/2026 TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Município de Cosmópolis

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3548/2026

Objeto: **Aquisição de café em pó para composição do café da manhã dos servidores públicos municipais.**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial da União, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pelo contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo Contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Pelo Contratante: (Gestor (a) do Contrato)

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Pelo Contratante: (Fiscal do Contrato)

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Pela Contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DO CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Cosmópolis/SP, de de

Nome:

Cargo: Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Cosmópolis

Nome:

Cargo:

Prefeitura Municipal de Cosmópolis – Gestor (a) do Contrato

Nome:

Cargo:

Prefeitura Municipal de Cosmópolis – Fiscal do Contrato

Nome:

Cargo:

Empresa:





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

ANEXO X - DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 010/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3548/2026

DECRETO Nº 6.053, DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

“Dispõe sobre a retenção do Imposto sobre a Renda nos pagamentos efetuados pelos órgãos, autarquias e fundações municipais a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e prestação de serviços.”

ANTONIO CLAUDIO FELISBINO JUNIOR, Prefeito do Município de Cosmópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do art. 158 da Constituição da República, segundo o qual pertencem aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 1.293.453 a na Ação Cível Originária nº 2897;

CONSIDERANDO o disposto na Legislação Tributária Federal atinente a retenção de tributos, em especial o disposto no art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e, também, na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 2012;

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.145 de 26 de junho de 2023;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos para que a retenção e o recolhimento do tributo seja realizado em conformidade ao que determina a legislação, sem deixar de cumprir com as obrigações acessórias de prestação de informações à Receita Federal do Brasil e a Secretaria de Finanças do município de Cosmópolis - SP;

DECRETA:

Art. 1º Os Órgãos da Administração Direta do Município de Cosmópolis, ao efetuarem pagamento à pessoa física ou jurídica pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de engenharia, ficam obrigados a proceder à retenção do Imposto de Renda (IR), com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores, observando as disposições deste Decreto.

§ 1º As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.





Prefeitura Municipal de Cosmópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. Campos Sales, 398 - Centro - CEP: 13.150-027

§ 2º A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no anexo I deste Decreto.

§ 3º Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas físicas ou jurídicas por serviços e produtos elencados no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, devendo apresentar declaração conforme anexos II, III e IV da referida instrução.

Art. 2º A obrigação de retenção do IR alcançará todos os contratos vigentes, relações de compras e pagamentos efetuados pelos Órgãos e Entidades mencionados no art. 1º deste Decreto.

Parágrafo Único. Os Órgãos e Entidades elencados no art. 1º deste Decreto deverão repassar ao Município os valores retidos de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Art. 3º Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão, a partir da vigência deste ato, emitir os documentos fiscais em observância às regras de retenção de Imposto de Renda vigentes.

§ 1º Os Órgãos e Entidades mencionados no art. 1º deste Decreto deverão orientar seus prestadores de serviços e fornecedores de bens e recusar documentos fiscais que não atendam o disposto no § 2º do art. 1º deste Decreto.

§ 2º Documentos fiscais que após notificação para correção ainda assim apresentem erro em relação ao destaque dos valores a reter de Imposto de Renda, fica autorizado a retenção automática, com base no anexo I deste Decreto.

§ 3º As retenções efetuadas serão consideradas como antecipação do devido imposto pelos contribuintes e serão objeto de dedução, compensação ou restituição na forma da legislação específica.

Art. 4º Este Decreto ente em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS, 15 DE AGOSTO DE 2023.

ANTONIO CLAUDIO FELISBINO JUNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de Editais, na sede da Prefeitura, na mesma data.

Aristides Lange Filho

Secretário Especial de Chefia de Gabinete

(Disponível

em:

<https://leismunicipais.com.br/a1/sp/c/cosmopolis/decreto/2023/606/6053/decreto-n-6053-2023-dispoe-sobre-a-retencao-do-imposto-sobre-a-renda-nos-pagamentos-efetuados-pelos-orgaos-autarquias-e-fundacoes-municipais-a-pessoas-juridicas-pelo-fornecimento-de-bens-e-prestacao-de-servicos?q=RETEN%C3%87%C3%83O+DE+TRIBUTOS+>)

